

ENCONTRO NACIONAL DO FORPRED

Educação em debate:

construindo o Plano Nacional de Pós-Graduação 2022-2032

Brasília, 01 e 02 de agosto de 2022

O Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (Forpred), realizou nos dias 01 e 02 de agosto de 2022, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, encontro que teve como tema central “Educação em debate: construindo o Plano Nacional de Pós-Graduação 2022-2032”. Foi o primeiro encontro presencial do Forpred após o fim do estado de emergência de saúde pública no Brasil em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus.

Este encontro foi precedido de [4 Seminários Temáticos Forpred/Anped realizados online, por meio do Canal do YouTube da Anped](#), nos meses de junho e julho de 2022 e contou com a participação de coordenadores, aproximadamente 150 programas de pós-graduação da área da educação.

Durante o encontro em Brasília, os participantes foram reunidos em seis grupos de trabalho nos quais foi possível compartilhar experiências e levantar elementos iniciais em torno dos seguintes aspectos:

- I. Financiamento da pesquisa e da pós-graduação em Educação;
- II. A modalidade da educação a distância na pós-graduação em educação;
- III. Impacto na sociedade/inserção social da pós-graduação;
- IV. Internacionalização da pós-graduação;
- V. Política de ações afirmativas, inclusão e cotas na pós-graduação; e
- VI. Autoavaliação e planejamento institucional.

Os elementos destacados pelos grupos estão sintetizados a seguir. Constituem-se como contribuições preliminares para o debate no âmbito da pós-graduação em Educação – programas profissionais e acadêmicos, com vistas à construção de formulações coletivas para o debate sobre o PNPG 2022-2032.

Financiamento da Pesquisa e da Pós-graduação em Educação

- Redimensionar recursos/financiamento da pós-graduação: recuperar e ampliar bolsas, capital, custeio;
- Repensar a lógica de avaliação como baliza para o financiamento: revisão da lógica de oferta de mais recursos para programas consolidados, uma vez que aumenta as dificuldades dos programas menos consolidados;
- Refletir a respeito da disputa entre as áreas e o redimensionamento das áreas bem como o lugar da área de Educação;
- Revisar os processos de gestão relativos ao Proap de modo a tornar sua gestão menos burocrática;
- Avaliar as diferenças de financiamento entre programas acadêmicos e profissionais;
- Rever o papel dos entes federados no financiamento dos PPG, de modo que os recursos públicos advindos de fontes diversas precisam ser assegurados para a educação e, especificamente, para a pós-graduação.
- Rever a relação com a gestão da educação básica, que muitas vezes inviabiliza a formação e o uso dos recursos destinados às bolsas;
- Atualizar os valores das bolsas e redimensionar os critérios de distribuição de bolsas;

ENCONTRO NACIONAL DO FORPRED

Educação em debate: construindo o Plano Nacional de Pós-Graduação 2022–2032

Brasília, 01 e 02 de agosto de 20

- Flexibilizar as regras/critérios para a distribuição de bolsas, o que deve ser acompanhado de discussão com a gestão da educação básica que possibilite a realização dos cursos, de forma a acompanhar a frequência dos estudantes;
- Defender uma política de valorização dos profissionais da educação básica que contemple o ingresso e permanência dos estudantes nos cursos de pós-graduação;
- Criar condições para que docentes da educação básica participem de grupos de pesquisa;
- Fomentar revistas por meio de chamadas públicas (editais).

A Modalidade de Educação a Distância na Pós-graduação em Educação

- Ter como perspectiva que a educação a distância na pós-graduação tem como horizonte não a massificação, mas, pelo contrário, contribuir no combate às assimetrias regionais e socioeconômicas;
- Estabelecer com precisão que a educação a distância não se confunde com arranjos institucionais como “ensino híbrido” ou “ensino remoto”;
- Prever a presença de instituições associadas e/ou colaboradoras para o desenvolvimento da pós-graduação a distância, considerando o desenvolvimento da pesquisa, rompendo com a lógica de polos em instituições de educação básica e em outros espaços não educacionais e de modo a assegurar que os polos sejam instalados em instituições de ensino superior, e não em espaços de outra natureza ou finalidade como centros comerciais; salas isoladas, dentre outros;
- Manter os critérios e parâmetros de qualidade utilizados da avaliação da pós-graduação presencial nos processos de avaliação da pós-graduação realizada na modalidade de educação a distância, como: manutenção da relação de orientador/orientando para os processos presenciais e a distância, constantes nos processos de avaliação da área de Educação; presença de elementos caracterizadores de infraestrutura, recursos e espaços para grupos, laboratórios de pesquisa e atratividade de pesquisadores; presença de financiamento específico para os cursos de pós-graduação, considerando a lógica inclusiva; presença de financiamento para o desenvolvimento de pesquisas, inovação tecnológica e acessibilidade no âmbito dos programas e cursos de pós-graduação;
- Garantir na pós-graduação na modalidade de educação a distância a atuação de pessoal altamente qualificado, mantendo o objetivo da sua formação voltada para os altos quadros profissionais;
- Assegurar a definição de quadros de pessoal para apoio tecnológico na pós-graduação a distância, com qualificação em áreas específicas e multidisciplinares;
- Estabelecer critérios claros para os processos de inclusão na pós-graduação, com ações afirmativas e acessibilidade;
- Definir pontos para desenvolver planejamento e organização do currículo e da forma de gestão para os cursos de EaD;
- Assegurar a formulação de política de formação para a pós-graduação a distância.

ENCONTRO NACIONAL DO FORPRED

Educação em debate: construindo o Plano Nacional de Pós-Graduação 2022–2032

Brasília, 01 e 02 de agosto de 20

Políticas de Ações Afirmativas, Inclusão e Cotas na Pós-graduação

- Garantir a implantação e a implementação da Lei 12.711, que, em 2012, induz vagas para o grupo de pessoas pretas, pardas e indígenas; e que, em 2016, inclui pessoas com deficiência, ampliando para os seguintes grupos beneficiários: pessoas ciganas, quilombolas, transexuais e travestis, refugiadas imigrantes, de baixa renda, ribeirinhas, com doenças crônicas ou em tratamento médico, e outros grupos que os PPG julgarem necessários ou pertinentes, dado o seu contexto;
- Induzir a obrigatoriedade das cotas e não apenas da reserva de vagas, ainda que a reserva de vagas possa existir, complementarmente. Deve haver garantia de acessibilidade em todas as etapas;
- Garantir aos programas autonomia para elencar os grupos beneficiários, segundo as condições regionais;
- Garantir, ao menos, 50% das vagas para as cotas;
- Garantir provisão orçamentária das universidades, assim como das agências de fomento, para auxílio permanência das pessoas cotistas nos cursos, com acompanhamento (pedagógico e curricular, psicológico e psicossocial etc.), tendo como parceiros os núcleos especializados em ações afirmativas;
- Induzir a constituição de normativas internas nas instituições de educação superior acerca das políticas de ações afirmativas na pós-graduação, de modo a respaldar os programas de pós-graduação em suas ações;
- Garantir bolsas para discentes cotistas;
- Induzir a criação de programas de incentivo às temáticas inclusivas nos programas: linhas de pesquisa, disciplinas, projetos etc.;
- Induzir a criação de programas formativos para docentes, discentes e corpo técnico da pós-graduação nas temáticas relativas à inclusão e às ações afirmativas;
- Considerar a dimensão das ações afirmativas na avaliação dos programas de pós-graduação;
- Considerar as especificidades locais e regionais nas avaliações de programas de pós-graduação.

Impacto na Sociedade e Inserção Social da Pós-graduação

- Articular o Plano Nacional de Pós-Graduação e o Plano Nacional de Educação como condição para o desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação, uma vez que a Educação é fundamental para o desenvolvimento do Brasil;
- Ampliar a concepção de ciência provocando o debate entre as áreas de conhecimento e indicando peso equitativo entre essas para a produção de indicadores de desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação;
- Caracterizar e analisar as demandas regionais e locais, com suas diferenças e desigualdades para a produção de indicadores de impacto e inserção social, considerando outros aspectos como: construção de pesquisas longitudinais e redes de pesquisa; observação da regionalidade na produção de indicadores; conceituação impacto social para as humanidades; problematizando a distinção entre produtos e processos; inserção na educação básica como um indicador; inserção de indicadores com abrangência nos locais onde as universidades se

ENCONTRO NACIONAL DO FORPRED

Educação em debate: construindo o Plano Nacional de Pós-Graduação 2022–2032

Brasília, 01 e 02 de agosto de 20

inserem; produções técnicas – PTT; pesquisas e produtos que envolvem relações étnico-raciais, melhoramento nas licenciaturas;

- Articular políticas de formação dos profissionais da educação básica para que estes tenham asseguradas condições de inserção na pós-graduação com liberação e bolsa de estudos.

Internacionalização da Pós-graduação

- Compreender a internacionalização como princípio formativo com intencionalidade pedagógica, o que sinaliza para diferentes possibilidades para sua realização: publicação de dossiês, participações em bancas, aulas integradas entre a graduação e a pós-graduação com aulas abertas entre as universidades, realização de seminários de pesquisa integrando diferentes grupos de pesquisa, projeto de extensão com troca de cartas entre diferentes autores, realização de eventos científicos conjuntos;
- Apoiar a criação de comitês de internacionalização constituído por docentes, discentes e técnico-administrativos;
- Abordar a internacionalização sob a perspectiva da interculturalidade, solidariedade;
- Criar espaços para troca de experiências de internacionalização, inclusive em torno das experiências sul-sul;
- Inserir a perspectiva das ações afirmativas como dimensão transversal que deve perpassar os processos de internacionalização;
- Articular a noção de internacionalização da pós-graduação à noção de nacionalização, pensando a inserção de pesquisadores estrangeiros no Brasil;
- Aprofundar as discussões sobre o conceito de mobilidade internacional;
- Criar estratégias e ações para o enfrentamento de dificuldades nos processos de internacionalização em aspectos linguísticos, financiamento e bolsas, de modo a superar processos e práticas que se circunscrevem a esforços individuais de docentes e discentes;
- Promover ações em parceria com a ANPEd.

Autoavaliação e Planejamento Institucional

- Tomar a autoavaliação como fundamento e princípio do processo avaliativo da pós-graduação e sustentada em processos participativos, no sentido de dar protagonismo aos programas e reduzir a indução da CAPES, que torna os programas muito similares, inclusive os programas acadêmicos e profissionais;
- Fortalecer a dimensão formativa-pedagógica da autoavaliação, desvinculando da premiação e punição em relação aos financiamentos; de modo que a autoavaliação não fique restrita a critérios e determinações externas, mas contemple critérios político-institucionais que implicam na constituição de um programa de qualidade;
- Considerar na política e instrumentos de autoavaliação dos programas aspectos como: concepção de formação, desenvolvimento humano como dimensão fundamental para compreensão de desenvolvimento econômico e social; indicadores que contemplem revisão dos currículos (Fundamentos da Educação), relação com a educação básica, acompanhamento dos egressos, parâmetros para os programas acadêmicos e os profissionais, integração em redes, dentre outros;

ENCONTRO NACIONAL DO FORPRED

Educação em debate: construindo o Plano Nacional de Pós-Graduação 2022–2032

Brasília, 01 e 02 de agosto de 20

- Levar em consideração as contribuições sociais, políticas e culturais dos programas de pós-graduação em Educação para seus estados e regiões, inclusive com o estabelecimento de indicadores diferenciados para avaliação dos programas de pós-graduação;
- Suprimir a comparação internacional e intensificar o apoio e fomento em redes nacionais e internacionais através de grupos de pesquisa, mobilidade acadêmica bilateral, de modo que outros aspectos sejam problematizados, como: não abandonar o foco formativo e de inserção social local; superar a política competitiva que reforça uma régua única posta a partir de um programa do exterior e desconsidera as realidades políticas, culturais, econômicas, de financiamento, de valorização da ciências, o que, por sua vez, torna o progresso interno praticamente invisível frente à comparação internacional e à avaliação no contexto dos programas brasileiros;
- Definir, nos processos de planejamento e avaliação, com maior precisão e amplitude o conceito de “aplicação”, rompendo com as concepções reducionistas e utilitárias, que se subordinam à lógica do mercado e desconsideram o impacto social e a visibilidade social dos produtos e das atividades dos PPG em Educação.

Estas são as principais sínteses iniciais com vistas a subsidiar os debates em nossos Programas de Pós-Graduação – Acadêmicos e Profissionais – na área da Educação.

Brasília, 01 e 02 de agosto de 2022.